



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ
COMISSÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE ESTÁGIO
SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, BIBLIOTECONOMIA,
COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO E ENGENHARIA CIVIL
EDITAL MPF/PR/CE/CRSE nº 83, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017**

Divulga caderno de provas de múltipla escolha, caderno de prova discursiva e gabarito preliminar da Seleção para Estágio em Direito/2017.

O COORDENADOR DE ESTÁGIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ com fundamento no Regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público da União, aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 378, de 9 de agosto de 2010, e alterações posteriores e Resolução CNMP nº 42, de 16 de junho de 2009, tendo em vista o disposto no item 8.1 do Edital MPF/PR/CE/CRSE nº 75, de 03 de novembro de 2017, **resolve**:

I – Divulgar os cadernos de prova de múltipla escolha e discursiva, no endereço eletrônico: <http://www.mpf.mp.br/ce/estagie-conosco/concursos-de-estagio/2017/direito-2017/direito-2017>.

II – Divulgar o gabarito preliminar da prova de múltipla escolha, nos termos do anexo I deste edital.

Fortaleza, 27 de novembro de 2017.

Fernando Antonio Negreiros Lima
Coordenador de Estágio

Nome do Candidato

Inscrição

Prova

Direito Constitucional
Direito Administrativo
Direito Civil
Direito Processual Civil
Direito Penal
Direito Processual Penal

Instruções

01. Escreva seu nome de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
02. A prova terá duração de 5(cinco) horas, incluído o tempo para o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS.
03. Ao receber a autorização do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita após iniciada a prova.
04. Verifique se este caderno de provas contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
05. Para cada questão há cinco opções: A, B, C, D e E. Apenas uma delas está correta.
06. Leia cuidadosamente cada uma das questões e marque a opção de sua escolha. Esta resposta deve ser assinada na FOLHA DE RESPOSTAS que será entregue decorrida 1(uma) hora do início da prova.
07. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões são representadas pelos seus respectivos números. Preencha, completamente, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas, conforme o exemplo:



08. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda, rasura, uso de corretivo ou para qual for assinada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
09. Não esqueça de **preencher com seu nome e nº de inscrição e assinar** o CARTÃO DE RESPOSTAS.
10. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tablet, celular, page, etc.)
11. Ao final da prova há um Gabarito Rascunho, no qual o candidato poderá, se assim o desejar, anotar suas respostas para comparação com o Gabarito Oficial, quando de sua divulgação.
12. Ao terminar a prova, entregue este CADERNO DE PROVAS e o CARTÃO DE RESPOSTAS ao Fiscal de Sala

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Em relação aos fundamentos da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) a dignidade da pessoa humana é fundamento da República Federativa do Brasil e consiste no valor-fonte do ordenamento jurídico, a base de todos os direitos fundamentais.
- b) o princípio da dignidade da pessoa humana possui elevada densidade normativa e pode ser usado por si só e independentemente de regulamentação como fundamento de decisão judicial.
- c) o STF considera que não ofende o direito à vida e à dignidade da pessoa humana a pesquisa com células-tronco embrionárias obtidas em embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados neste procedimento.
- d) o STF considera que a previsão de limites de idade em concursos públicos, quando justificada pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido, não ofende a dignidade da pessoa humana.
- e) o direito à liberdade de expressão representa um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito e não pode ser restringido por meio de censura, inclusive a que for praticada em sede jurisdicional.

2. Não se incluem entre os bens da União.

- a) os potenciais de energia hidráulica.
- b) os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.
- c) as ilhas oceânicas e costeiras, incluídas as que contenham a sede de Município, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e à unidade ambiental federal.
- d) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- e) o mar territorial, os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.

3. Assinale a alternativa correta.

- a) o Presidencialismo é cláusula pétrea, não sendo possível alterar o sistema de governo por meio de PEC parlamentarista.
- b) o voto direto é aquele que o povo escolhe diretamente o seu representante, ou seja, sem intermediários, contudo, há previsão de voto indireto na CF/88, caso Presidente da República e o vice deixem vagos nos últimos dois anos do mandato, haverá eleição indireta no congresso nacional no prazo de 30 dias.
- c) a vitaliciedade dos magistrados e membros do Ministério Público é adquirida após três anos de efetivo exercício.
- d) aos juízes é assegurada a independência funcional de forma que em nenhuma hipótese é possível a responsabilização do magistrado pela não observância de súmula.
- e) somente em casos de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, que trate da organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, devendo submetê-las, de imediato, ao Congresso Nacional.

4. Sobre Controle de Constitucionalidade assinale a alternativa INCORRETA.

- a) a CF/88 prevê um mecanismo de conversão dos efeitos *Inter partes* para erga omnes (contra todos). Assim se o STF declara uma lei inconstitucional no controle difuso, remeterá os autos ao Senado que, se quiser, suspenderá a execução da lei no todo ou em parte.
- b) é competência privativa do Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- c) a execução de lei declarada inconstitucional pode ser suspensa integral ou parcialmente. Se o Senado entender que somente uma parte da lei for inconstitucional, embora o STF declarado a inconstitucionalidade integral, suspenderá somente aquilo que entender necessário.
- d) a suspensão da execução de lei declarada inconstitucional pelo STF em controle difuso, realizada pelo Senado tem efeito *ex nunc*, ou seja, só vale daqui para frente, não retroage. Entretanto, para as partes do processo, a decisão de inconstitucionalidade no controle difuso produzirá efeito *ex tunc*, ou seja, para aquele caso a decisão retroagirá até a origem.
- e) em relação à legitimidade para propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF, figuram como legitimados universais, ou seja, podem ajuizar ADI sobre qualquer assunto, o Presidente da República, mesa do Senado, mesa da Câmara, PGR, Governador, Conselho Federal da OAB e Partido Político.

5. No que se refere à reforma constitucional, assinale a alternativa correta.

- a) segundo o STF, a revisão Constitucional tem o mesmo limite material da Emenda Constitucional, isto é, não pode suprimir cláusula pétrea. O conteúdo é o mesmo da emenda. A diferença está no procedimento.
- b) podem fazer proposta de Emenda à Constituição Federal, pelo menos 1/3 de deputados (171) ou senadores (27); o Presidente da República e mais da metade das assembleias legislativas, pela maioria relativa de seus membros, contudo esse rol não é taxativo, de forma que se admite a possibilidade de emenda à Constituição por meio de iniciativa popular.
- c) enquanto os limites formais do poder derivado reformador são previstos expressamente na CF/88, com a especificação de procedimento mais rigoroso; não há limite material expresso no texto constitucional para o poder derivado reformador.
- d) há apenas duas circunstâncias nas quais não se pode alterar o texto da Constituição que é estado de sítio e estado de defesa.
- e) nenhuma das alternativas estão corretas.

6. De acordo com a Constituição Federal, é necessária a realização de estudo prévio de impacto ambiental antes da implantação de empreendimentos e de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras causadoras de degradação ambiental, que constitui exigência que atende ao princípio do(a).

- a) proibição do retrocesso ambiental.
- b) participação Comunitária.
- c) usuário-pagador.
- d) poluidor-pagador.
- e) prevenção

7. Assinale a alternativa correta no que se refere às atribuições do Ministério Público.

- a) o Incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal não poderá ser suscitado

- durante o inquérito, mas apenas durante o processo, com finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.
- b) é função institucional do Ministério Público exercer o controle externo da atividade policial na forma da Lei Complementar respectiva, desde que previamente autorizado pelo Senado.
 - c) cabe ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
 - d) somente em situações excepcionais, a Constituição Federal autoriza que membros do Ministério Público prestem consultoria jurídica de entidades públicas.
 - e) é função institucional do Ministério Público requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, estando dispensado de indicar os fundamentos jurídicos em suas manifestações.

8. Assinale a alternativa correta no que se refere à Ordem Social.

- a) a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços apenas para sua recuperação.
- b) a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, de forma que o ensino é livre à iniciativa privada, sendo exigida autorização pelo Poder Público apenas para cursos técnicos profissionalizantes.
- c) a assistência social será sempre prestada a quem dela necessitar, desde que contribua para a seguridade social que tem, entre seus objetivos, a promoção e integração ao mercado de trabalho.
- d) a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações e iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar direitos relativos à saúde, à assistência social e à previdência social.
- e) nenhuma das alternativas estão corretas.

9. A saúde, direito de todos e dever do Estado, deve ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem.

- a) ao acesso, observada a situação econômica de cada um, às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- b) ao acesso universal e igualitário, na rede pública e privada, às ações e serviços de saúde.
- c) à redução do risco de doenças e outros agravos.
- d) todas as alternativas estão corretas.
- e) nenhuma das alternativas estão corretas.

10. Assinale a alternativa INCORRETA, levando em consideração o disposto no artigo 216 da Constituição Federal.

- a) o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- b) a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta cabem à Administração Pública, na forma da Lei.
- c) o Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma centralizada, institui um processo de gestão e promoção de políticas públicas de cultura privativa da União, tendo

por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

d) ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. Cabendo à lei estabelecer incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores.

e) nenhuma das alternativas estão corretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Sobre o regime jurídico-administrativo, assinale a alternativa correta.

a) os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado e da indisponibilidade do interesse público tem previsão expressa na Constituição Federal.

b) o poder público pode celebrar acordos judiciais sem expressa autorização normativa.

c) o regime jurídico-administrativo é a forma que o Estado adota para a solução de seus litígios.

d) o princípio da indisponibilidade do interesse público enuncia que os agentes públicos não são titulares do interesse por eles defendidos, devendo atuar de acordo com a estrita competência que lhes foi atribuída para atendimento de uma finalidade pública.

e) o poder público só poderá agir de forma coercitiva se amparado em autorização judicial.

12. Assinale a alternativa correta.

a) compete ao Poder Judiciário exercer o controle de legalidade do ato administrativo, observando a competência de quem o praticou e o cumprimento das formalidades legais que lhe são intrínsecas, não adentrando no exame dos respectivos pressupostos de fato e de direito, porque isso representaria afronta ao princípio da separação de poderes.

b) considerando o fenômeno da constitucionalização do direito, as prerrogativas conferidas à administração pública e o regime de direito público que garantiam a supremacia do interesse público não são mais admissíveis em face do princípio da isonomia.

c) a inexigibilidade de licitação ocorre nas situações fáticas nas quais se verifique a impossibilidade de competição entre várias empresas ou pessoas, sendo as hipóteses de dispensa decorrentes de opção legislativa.

d) os bens dominiais, também chamados de dominicais, não podem ser objeto de alienação porque estão afetados a uma especial finalidade pública.

e) a efetivação da desapropriação deverá ser precedida, em qualquer circunstância, de pagamento em dinheiro equivalente ao valor total da oferta feita pela administração pública.

13. Os princípios da administração pública expressamente previstos na Constituição Federal são.

a) eficiência, razoabilidade, objetividade e finalidade.

b) moralidade, eficiência, razoabilidade, disponibilidade e autotutela.

c) capacidade, pessoalidade, razoabilidade, finalidade e publicidade.

d) impessoalidade, capacidade, eficiência, autotutela e finalidade.

e) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

14. Sobre a Lei de licitações e contratos administrativos (Lei nº 8.666/93), assinale a alternativa

correta.

- a) os membros da comissão de licitação possuem responsabilidade solidária sobre os atos praticados pela comissão respectiva, ainda que seja identificada a responsabilidade da autoridade administrativa homologadora da licitação, ressalvada a posição divergente do membro devidamente consignada em ata.
- b) encontra pleno amparo na ordem jurídica a conduta do administrador público de uma cidade pequena do interior do Estado que convida para mais de uma licitação na modalidade convite, realizadas concomitantemente, as mesmas empresas sob a justificativa de que, dentre as empresas previamente cadastradas (CRC), somente aquelas convidadas possuem sede no município.
- c) o gestor público pode fracionar as licitações em tantas obras quanto forem mais convenientes e se mostrar economicamente viável para a administração pública, aplicando a modalidade licitatória correspondente ao valor de cada compra ou serviço.
- d) o empregado de uma empresa que fez o projeto básico de uma licitação pública poderá dela participar.
- e) a comissão de licitação e as autoridades públicas têm de se ater estritamente ao exame formal da documentação das licitantes, sendo vedada a investigação da existência de conluio entre as participantes da licitação.

15. Julgue cada uma das assertivas para depois assinalar a alternativa correta.

- I. O poder de polícia corresponde unicamente a atos repressivos, tanto no âmbito da polícia administrativa como em relação à polícia judiciária, ambos dotados de coercibilidade.
- II. A responsabilidade civil da administração pública pode decorrer de culpa de terceiro, de caso fortuito ou de força maior.
- III. O servidor público federal que ausentar-se da repartição durante o expediente sem autorização da autoridade imediata ou recusar fé a documentos públicos está sujeito à penalidade administrativa de advertência.

- a) todas as assertivas estão corretas.
- b) apenas a I está correta.
- c) apenas a II está correta.
- d) apenas a III está correta.
- e) todas as alternativas estão erradas.

16. Acerca do poder de polícia, julgue os itens abaixo para o final assinalar a alternativa correta.

- I. O poder de polícia administrativa enseja, em todas as situações, a autoexecutoriedade, que dispensa a administração de buscar a via jurisdicional para cumprir suas decisões.
- II. O poder de polícia possui como seus principais atributos a presunção de legitimidade, a autoexecutoriedade, a imperatividade e a exigibilidade.
- III. As atividades inerentes ao poder de polícia podem dar-se tanto mediante atos concretos, como a fiscalização das atividades de interesse público, como por intermédio de atos administrativos de caráter normativo, como decretos e portarias, emitidos para condicionar o exercício das liberdades ao bem-estar social.

- a) todas as assertivas estão corretas.

- b) apenas a I está correta.
- c) apenas a II está correta.
- d) apenas a III está correta.
- e) as alternativas II e III estão corretas.

17. Sobre os poderes administrativos marque a alternativa falsa.

- a) o abuso de poder ocorre basicamente quando o agente público pratica ato fora de sua competência ou afasta-se da finalidade legal que inspira sua ação.
- b) a discricionariedade, quando for o caso, deve estar contida em apenas alguns dos elementos do ato administrativo.
- c) os decretos autônomos são amplamente admitidos pela Constituição Federal.
- d) os atos de improbidade administrativa são classificados em três grandes grupos: que ensejam enriquecimento ilícito, que causam dano ao erário e que violam princípios administrativos.
- e) delegação é a transferência de atribuições de um órgão a outro dentro do aparelho administrativo.

18. Sobre contratos administrativos assinale a alternativa certa.

- a) do fato do príncipe não decorre o dever de a administração pública revisar a equação econômico-financeira do contrato seja porque era plenamente previsível ao tempo da contratação, seja porque não resulta em ônus extraordinário ao contratado.
- b) em virtude da cláusula *rebus sic stantibus*, o caso fortuito e a força maior ensejam a possibilidade de rescisão contratual e o ressarcimento dos prejuízos causados pelo contratado que não obrou com culpa.
- c) a subcontratação integral é possível desde que haja previsão no edital da licitação.
- d) só será exigível a publicação do extrato da contratação pública quando envolver grande vulto, resultante de licitação pelas modalidades tomada de preços e concorrência.
- e) fica sob a discricionariedade do administrador público exigir garantia contratual nas suas contratações.

19. Sobre o controle dos atos administrativos, julgue cada assertiva para assinalar a opção correta ao final.

- I. Constitui pressuposto para invalidação do ato administrativo o seu vício de legalidade;
- II. A teoria do fato consumado, no campo do direito administrativo, expressa a consolidação dos efeitos fáticos de um ato administrativo reputado ilegal quando isso atender mais ao interesse público do que sua invalidação.
- III. A revogação do ato administrativo segundo razões de conveniência e oportunidade ou sua invalidação pela própria administração pública por motivo de ilegalidade são espécies do gênero autotutela da administrativa.

- a) todas as assertivas estão corretas.
- b) apenas a I está correta.
- c) apenas a II está correta.
- d) apenas a III está correta.
- e) as alternativas II e III estão corretas.

20. Assinale a alternativa correta.

- a) segundo a teoria dos motivos determinantes, a administração tem de motivar quaisquer tipos de atos administrativos por ela praticados.
- b) a locação de um imóvel pela administração pública é um exemplo típico de contrato administrativo no qual estão presentes as prerrogativas administrativas com seu regime de direito público excludente do direito privado.
- c) ato administrativo complexo é aquele que, para produzir todos seus efeitos, depende da manifestação de vontade por diferentes órgãos públicos.
- d) a União não pode desapropriar bens de outras entidades federativas.
- e) os terrenos de marinha, por serem bens comuns de uso do povo, podem ser alienados.

DIREITO CIVIL

21. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), é correto afirmar.

- a) uma lei nova, ao revogar lei anterior que regulamentava determinada relação jurídica, não poderá atingir o ato jurídico perfeito, o direito adquirido nem a coisa julgada, salvo se houver determinação expressa para tanto.
- b) as correções a texto de lei já em vigor fazem com que esta passe a ser considerada lei nova.
- c) a obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o aceitante.
- d) as regras sobre os direitos de família são determinadas pela lei do país em que a pessoa for tiver nascido, não sendo alteradas por ulterior mudança de domicílio.
- e) quando a lei estrangeira for aplicada a demanda judicial no Brasil, ter-se-á em vista somente os dispositivos invocados pelas partes, inclusive eventuais remissões a outras leis.

22. Assinale a alternativa correta.

- a) o espólio é uma espécie de pessoa jurídica.
- b) adquire personalidade jurídica a sociedade empresarial apenas com o registro de seus atos constitutivos no cartório competente.
- c) segundo o Código Civil, o juiz pode decidir pela desconsideração da personalidade jurídica da empresa, independentemente de haver abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial.
- d) no direito civil brasileiro, incapacidade e minoridade são consideradas institutos idênticos.
- e) o nome é composto de prenome e sobrenome, podendo, em alguns casos, ser adicionado um agnome para distinguir pessoas pertencentes a uma mesma família.

23. Sobre os direitos da personalidade, assinale a alternativa correta.

- a) prevalece no Brasil a tutela tipificadora dos direitos da personalidade, de modo que não se pode reconhecer direito da personalidade que não esteja expressamente previsto em lei.
- b) os direitos da personalidade são intransmissíveis, o que implica afirmar que, falecido o seu titular, os sucessores não terão legitimidade para exigir que cesse lesão ou ameaça de lesão aos direitos da personalidade do morto.
- c) o nome da pessoa não pode ser empregado em publicações que a sujeitem ao desprezo público,

sendo, porém, requisito indispensável para essa proibição que o autor da publicação tenha intenção difamatória.

d) admite-se a tutela inibitória para evitar a prática de ato ilícito consistente em violação da vida privada.

e) de acordo com a regra do benefício da restituição, expressamente prevista pelo Código Civil, é permitido ao relativamente incapaz, ao adquirir capacidade civil, revogar os negócios praticados em seu nome quando ele ainda era incapaz.

24. Sobre os institutos de domicílio e bens, presentes no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

a) as pertenças, tanto no Código Civil de 1916 como no atual, foram definidas no capítulo que trata dos bens principais e acessórios.

b) a pessoa jurídica de direito privado tem como domicílio a sua sede indicada no estatuto, ou, na falta de previsão estatutária, o lugar onde funciona sua sede ou administração.

c) tendo a pessoa jurídica de direito privado vários estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

d) o foro de eleição, previsto em contrato escrito, é válido entre as partes, e pode, conforme o caso, afastar a aplicabilidade de normas de ordem pública.

e) a universalidade de direito representa o complexo de relações jurídicas de uma pessoa, ainda que não dotadas de valor econômico.

25. Padecem de nulidade os atos:

a) praticados com a reserva mental de se descumprir a avença, tenha ou não conhecimento do fato o destinatário da manifestação.

b) emanados de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

c) quando a lei os declarar nulos de forma tácita, ou lhes proibir a prática, cominando sanção.

d) praticados mediante simulação.

e) praticados pelos relativamente incapazes.

26. Sobre o instituto da decadência, assinale a alternativa correta.

a) é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, do dia em que ela cessar, no caso da coação.

b) o juiz poderá conhecer do ofício a decadência estipulada pelas partes.

c) pelo princípio da simetria, aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

d) a parte a quem aproveita o advento do prazo decadencial pode alegá-lo em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir de ofício a alegação.

e) os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à decadência, ou não a alegarem oportunamente.

27. Sobre a prescrição, assinale a alternativa INCORRETA.

a) prescreve em 10 anos a ação de ressarcimento ao Erário a ser proposta pelo Ministério Público

Federal contra gestores acusados de improbidade administrativa.

- b) não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- c) suspensão a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.
- d) prescreve em cinco anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- e) a interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.

28. Considerando o regramento sobre os contratos civis, está correto afirmar que.

- a) a herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato.
- b) a cláusula resolutiva expressa opera mediante interpelação judicial.
- c) é válida cláusula contratual que prevê a exclusão de responsabilidade do alienante em razão da evicção.
- d) é possível a resolução de contrato por onerosidade excessiva nos casos de fato gerador extraordinário, ainda que seus efeitos sejam ordinários e previsíveis.
- e) o estipulante não pode reservar-se o direito de substituir o terceiro designado no contrato, dependendo da sua anuência e da do outro contratante.

29. No que se refere à posse e à propriedade, é correto afirmar.

- a) considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- b) a posse, por ser pessoal, não se transmite aos herdeiros ou legatários do possuidor.
- c) a propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como os potenciais de energia hidráulica e os monumentos arqueológicos.
- d) aquele que possuir, como sua, área urbana de até cento e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- e) a posse transferida espontaneamente em cumprimento de contrato viciado por coação vicia a posse obtida por seu intermédio, sendo qualificada como posse violenta.

30. Em relação ao instituto da hipoteca, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) a acessorialidade, a indivisibilidade, a publicidade e a especialidade são, em regra, características da hipoteca.
- b) em regra, o imóvel sujeito ao domínio resolúvel pode ser hipotecado.
- c) podem ser objeto de hipoteca, dentre outros, as estradas de ferro, os navios, as aeronaves e o direito de uso especial para fins de moradia.
- d) a hipoteca legal pode ser substituída por caução de títulos da dívida pública federal ou estadual, recebidos pelo valor de sua cotação média de mercado no ano corrente; ou por outra garantia, a critério do juiz, a requerimento do credor.
- e) o direito real de uso e a propriedade superficiária não podem ser objeto de hipoteca.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. Em relação às partes na jurisdição civil, apenas pode-se ter como correta a afirmação de que.

- a) ausente a capacidade civil, não pode a pessoa natural figurar no processo na condição de parte, salvo nos casos em que a lei concede tal condição aos entes despersonalizados.
- b) falecendo o autor no curso do processo e tratando-se de causa relacionada a direitos transmissíveis, ocorrerá sua substituição processual, ingressando em seu lugar os respectivos herdeiros.
- c) é extraordinária a legitimação que a lei outorga aos sindicatos, assim para litigar pelos direitos de seus filiados, como também para litigar por seus próprios direitos.
- d) a sucessão processual, ocorrendo por ato entre vivos, subordina-se ao assentimento da parte adversa.
- e) nenhuma das opções anteriores.

32. No que diz respeito à petição inicial, apenas é possível afirmar-se validamente, entre os enunciados seguintes.

- a) é inepta a petição inicial, devendo ser liminarmente indeferida, quando ilegítimas as partes, quando ausente o interesse de agir, ou interesse processual, e quando juridicamente impossível o pedido formulado pelo autor.
- b) havendo urgência, pode o autor limitar-se a formular, em caráter antecedente à própria petição inicial, o pedido de tutela provisória de urgência, de natureza antecipada ou cautelar, comprovando os requisitos da aparência do bom direito e do perigo na demora.
- c) à correta exposição da causa de pedir, na jurisdição civil de nosso país, basta a simples alegação dos fatos que fundamentam a pretensão, sendo prescindível que o autor apresente os respectivos fundamentos jurídicos, porque o julgador conhece o Direito.
- d) caracteriza-se como própria e simples a cumulação de pedidos compatíveis entre si, com a pretensão de serem todos acolhidos, sendo o acolhimento do primeiro pedido pressuposto lógico do atendimento aos demais.
- e) Nenhuma das opções anteriores.

33. No que concerne à intervenção de terceiros no procedimento comum do processo de conhecimento, pode-se asseverar unicamente que:

- a) quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida sentença, oferecer oposição contra ambos, caracterizando-se tal modalidade de intervenção como típica e voluntária.
- b) aos terceiros que comprovem interesse no processo alheio será lícito intervir para a defesa de tal interesse, requerendo-o ao juiz, mas excluída a possibilidade de qualquer outro tipo de interesse que não seja o jurídico.
- c) apenas é lícito afirmar-se a veracidade da afirmação precedente, se feita a ressalva de que também é possível, excepcionalmente, uma forma de intervenção decorrente de interesse econômico, tal seja a intervenção anômala da União nos feitos em que forem partes suas entidades da Administração Indireta, quando lhe possam advir reflexos econômicos adversos.
- d) tratando-se assistência simples, sendo revel ou omissa, por qualquer forma, a parte assistida, então o assistente será considerado seu sucessor processual, com os mesmos poderes e sujeito aos

mesmos ônus processuais.

e) nenhuma das opções anteriores.

34. Sobre a audiência de conciliação ou de mediação, introduzida pelo vigente CPC no âmbito do procedimento comum, pode-se afirmar de forma válida somente que.

a) ela apenas deixará de ser realizada se ambas as partes assim o quiserem, manifestando-se expressamente a respeito na primeira oportunidade em que falarem nos autos, sob pena de preclusão temporal.

b) entre a conciliação e a mediação, podem-se mencionar, como marcas distintivas, primeiramente, o fato de que o mediador se limita a intermediar o entendimento entre as partes, ao passo que o conciliador pode propor às partes a solução, bem como o fato de que a conciliação se destina, preferencialmente, aos casos em que haja vínculo anterior entre as partes, ao passo que a mediação é empregada, de preferência, nos casos em que tal vínculo inexistente.

c) nos casos em que a audiência de conciliação venha a ocorrer, mas sem sucesso, é de quinze dias, em regra, o prazo de que o réu dispõe para contestar, contando-se o aludido prazo a partir da data da nova intimação dirigida a seu advogado.

d) deixando de ocorrer a audiência acima referida por opção comum das partes, o prazo para oferecimento de contestação, havendo litisconsórcio passivo, será contado individualmente para cada réu, a partir da data em que apresentou o respectivo pedido de cancelamento da audiência.

e) nenhuma das opções anteriores.

35. No que diz respeito ao recebimento da petição inicial, entre as distintas possibilidades previstas em lei, é correto afirmar-se apenas.

a) que a petição inicial não será recebida, ocorrendo o seu indeferimento liminar, quando o pedido contrariar enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça.

b) que a petição inicial não será recebida, ocorrendo o seu indeferimento liminar, quando o pedido contrariar enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, bem como enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local, assim entendido o direito estadual.

c) que a petição inicial não será recebida, ocorrendo o seu indeferimento liminar, quando o pedido contrariar enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, bem como enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local, assim entendido o direito estadual e o direito municipal.

d) que a petição inicial não será recebida, ocorrendo o seu indeferimento liminar, quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.

e) nenhuma das opções anteriores.

36. Em relação à tutela provisória, consoante a disciplina que lhe deu o Código de Processo Civil, não é correta, unicamente, a afirmação de que.

a) tratando-se de tutela de evidência, prescinde-se da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

b) no caso de tutela cautelar antecedente, cessará a eficácia da medida liminarmente concedida, se o juiz julgar improcedente o pedido do autor, caso em que este não mais poderá renovar o pedido, salvo se diverso o respectivo fundamento.

- c) cuidando-se tutela antecipada antecedente, esta estabilizar-se-á se o réu não interpuser, tempestivamente, o recurso adequado a impugnar a decisão que a deferiu, mas a decisão estável ainda poderá ser revista, reformada ou anulada no prazo de dois anos mediante ação rescisória.
- d) a tutela de urgência de natureza cautelar tanto poderá ser realizada por medidas cautelares típicas, especificamente previstas em lei, como mediante qualquer medida idônea a assegurar o direito, em decorrência do poder geral de cautela do juiz.
- e) nenhuma das opções anteriores.

37. Quanto à defesa do réu no procedimento comum, apenas pode ser considerada válida, entre os enunciados seguintes, a afirmação.

- a) de que a contestação é a peça adequada para que o réu manifeste sua disposição a respeito da realização, ou não, da audiência de conciliação ou de mediação, visto ser a primeira oportunidade em que ele – demandado – se manifesta nos autos.
- b) de que a contestação é regida pelo princípio da concentração da defesa em seu âmbito, de sorte que abrange a defesa de mérito, a reconvenção, a apresentação de preliminares formais e a arguição das antigas exceções de incompetência, relativa e absoluta, assim como de suspeição e de impedimento do juiz.
- c) de que pode assumir forma escrita ou oral, devendo ser necessariamente apresentada, nesse último caso, no curso da audiência de conciliação ou de mediação, quando frustrada a solução consensual do litígio.
- d) de que o não oferecimento tempestivo da contestação importa em revelia, de que decorrerá, em regra, a presunção de veracidade das alegações fáticas da petição inicial, ressalvadas, entre outras hipóteses, a possibilidade de ser afastada essa presunção em caso de litisconsórcio passivo unitário, havendo pelo menos um dos litisconsortes contestados.
- e) nenhuma das opções anteriores.

38. Sobre a atuação do Ministério Público em sede de jurisdição civil de conhecimento, assinale apenas a afirmação correta.

- a) atuará na defesa dos interesses sociais e de interesses individuais indisponíveis, como parte e como fiscal da ordem jurídica, podendo, exclusivamente na primeira hipótese, produzir provas e recorrer.
- b) gozará de prazo era dobro para recorrer e em quádruplo para contestar, ressalvados os casos em que a lei lhe estabeleça expressamente prazo próprio e específico.
- c) tem legitimidade para compor o polo passivo da relação processual em caso de ação rescisória proposta para desconstituir a decisão de mérito transitada em julgado favoravelmente à pretensão por ele sustentada.
- d) não está sujeito à preclusão temporal no que se refere a suas manifestações como fiscal da ordem jurídica, de modo que eventual excesso de prazo não obsta a que se pronuncie no processo, quando esteja atuando em sustentação de interesse individual disponível de pessoa hipossuficiente.
- e) nenhuma das opções anteriores.

39. Em tema de produção e colheita de provas no procedimento comum do processo civil de conhecimento, apenas não é válida a afirmação.

- a) de que ao assegurar às partes o direito de empregar quaisquer meios de provas legais e

moralmente legítimos, mesmo que não previstos em lei, adota o CPC o princípio da atipicidade dos meios probatórios.

b) de que ao próprio julgador consente a lei seja lícito tomar a iniciativa de determinar *ex officio* a produção das provas necessárias ao julgamento de mérito, sem que daí decorra, necessária e inexoravelmente, violação ao dever de imparcialidade.

c) que a adoção, pelo estatuto processual vigente, da regra da distribuição dinâmica do ônus da prova não afasta a possibilidade de sua atribuição nos moldes estáticos, vale dizer: ao autor a prova dos fatos que constituem seu direito e, por sua vez, ao réu a prova de fatos que possam extinguir, impedir ou modificar o direito do autor.

d) que não dependem de prova os fatos em cujo favor milite presunção legal de existência ou de veracidade, bem como os fatos corroborados por indícios claros.

e) nenhuma das opções anteriores.

40. Em se tratando de impugnação das decisões judiciais no âmbito da jurisdição civil de conhecimento, apenas está INCORRETA a afirmação de que.

a) recursos e ações autônomas de impugnação são espécie do gênero meios de impugnação das decisões judiciais, distinguindo-se, entre outros motivos, pelo fato de que os recursos são endoprocessuais, vale dizer, seu uso ocorre no próprio processo em que proferida a decisão questionada, ao passo que as ações de impugnação dão margem a nova relação processual, cujo objeto é a anulação ou reforma da decisão prolatada em outro processo.

b) a impugnação da decisão arrimada em um único dos vários fundamentos do pedido, ou da defesa, induz ao conhecimento dos demais fundamentos pelo órgão *ad quem*, ainda quando o juiz acolha apenas um deles.

c) decretada a nulidade de sentença fundada em equivocado acolhimento da preliminar de preempção, o Tribunal procederá ao reenvio do processo ao órgão *a quo*, não lhe sendo lícito apreciar desde logo o mérito, sob pena de supressão de instância e consequente violação ao princípio do juiz natural.

d) cuidando-se de apelação, recurso extraordinário e recurso especial, sendo vencidos simultaneamente o autor e o réu, qualquer deles poderá aderir ao recurso pelo outro interposto.

e) nenhuma das opções anteriores.

DIREITO PENAL

41. Acerca dos princípios da legalidade e anterioridade no Direito Penal e da aplicação da lei no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta.

a) o princípio da legalidade representa uma limitação das fontes de criação de crimes e penas, exigindo-se lei formal emanada da União ou de Estado federado para cominação de sanção penal.

b) no caso de crime continuado, havendo alteração legislativa antes da cessação da continuidade será aplicada a lei penal mais benéfica ao agente.

c) sujeita-se incondicionalmente à lei brasileira o crime praticado no estrangeiro contra a honra do Presidente da República.

d) na definição do tempo do crime a legislação brasileira adotou a teoria da atividade.

e) diz-se ultra-ativa a lei penal mais benéfica que alcança fatos anteriores à sua vigência.

42. Sobre os benefícios da transação penal e suspensão condicional do processo, responda corretamente.

- a) o descumprimento das cláusulas da transação penal, mesmo após homologação pelo juízo, permite ao Ministério Público a continuidade da persecução penal, com oferecimento da denúncia.
- b) a ausência injustificada da reparação do dano causado é causa facultativa de revogação da suspensão condicional do processo.
- c) a exemplo do que ocorre com a prescrição, para análise do cabimento da suspensão condicional do processo, deve-se desconsiderar o aumento de pena decorrente da continuidade delitiva.
- d) não faz jus à suspensão condicional do processo o agente beneficiado anteriormente com transação penal.
- e) a transação penal do processo será aplicável às contravenções penais e aos crimes com pena mínima de até 1 (um) ano.

43. A respeito dos crimes hediondos e da lei de tortura, responda.

- a) de acordo com a lei 8.072/90, serão hediondos, entre outros, os crimes de latrocínio (art. 157, § 3º, *in fine* do CP), sequestro qualificado (art. 148, § 2º do CP) e extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º do CP).
- b) conforme o art. 2º, § 1º da lei 8.072/90, os condenados pela prática de crimes hediondos cumprirão pena em regime integralmente fechado.
- c) no caso de condenado reincidente específico na prática de crime hediondo, o livramento condicional só será concedido após o cumprimento de mais da metade da pena.
- d) os crimes de tortura, previstos na lei 9.455/97, são próprios, ou seja, têm como sujeito ativo o funcionário público no exercício de suas funções.
- e) a condenação pela prática de tortura acarreta a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

44. Sobre os crimes contra a administração da justiça, responda.

- a) o STF reconheceu a inconstitucionalidade do crime de autoacusação falsa, originariamente previsto no art. 341 do CP, por violação do direito constitucional à não-autoincriminação.
- b) a configuração do delito de denúncia caluniosa exige que o agente dê causa à instauração de processo judicial contra a vítima, imputando-lhe falsamente a prática de crime ou ato de improbidade administrativa.
- c) o falso testemunho deixa de ser punível se o agente se retrata e declara a verdade antes do trânsito em julgado do processo penal em que é acusado desse delito.
- d) há exploração de prestígio quando o agente se vale do cargo para obter benefício particular perante a administração pública.
- e) a configuração do crime de coação no curso do processo exige necessariamente o emprego de violência ou grave ameaça por parte do agente.

45. A respeito dos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta.

- a) o tráfico de influência é exemplo de crime praticado por funcionário público contra a administração pública.
- b) o crime de corrupção ativa configura-se quando o agente oferece, dá ou promete vantagem

indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

c) comete crime de resistência o agente que, visando impedir a execução de busca e apreensão, se acorrenta ao veículo que seria objeto da medida.

d) configura o crime de desacato, a ofensa a funcionário público feita por intermédio da imprensa escrita, desde que relacionada ao exercício da função.

e) a consumação do crime de usurpação de função pública exige a prática de pelo menos um ato de ofício pelo agente usurpador.

46. Sobre a lei de Drogas, responda.

a) constitui crime previsto no art. 28 da lei 11.343, o consumo de substância entorpecente.

b) a configuração do delito de tráfico de substância entorpecente, tipificado no art. 33, *caput* da lei de Drogas, pressupõe a existência de *animus lucrandi* pelo agente.

c) para a incidência da majorante correspondente à interestadualidade do tráfico é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras entre Estados da Federação, sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual.

d) de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, é incabível a conversão da pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos, no caso de condenação por tráfico de drogas.

e) o delito de associação para o tráfico de drogas exige a associação estável e permanente de mais de duas pessoas para o fim de praticar os crimes previstos nos arts. 33, *caput* e § 1º e 34 da lei de Drogas.

47. Assinale a alternativa correta.

a) há concurso material de delitos quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes.

b) haverá cumulação de penas no concurso formal se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultarem de desígnios autônomos.

c) na hipótese de reconhecimento da continuidade delitiva entre os delitos, esta regra será extensiva também ao cálculo da pena de multa, que só se aplica cumulativamente em caso de concurso material de crimes.

d) o inadimplemento injustificado da pena de multa cominada poderá acarretar sua conversão em pena privativa de liberdade.

e) é inadmissível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos nos crimes culposos quando aplicada pena superior a 4 anos de reclusão ou detenção.

48. A respeito dos crimes tributários, marque a assertiva correta.

a) o pagamento integral do tributo devido acarreta a extinção da punibilidade no crime de descaminho.

b) de acordo com as regras atualmente vigentes, o parcelamento do tributo, ainda que posterior ao recebimento da denúncia, dá ensejo à suspensão da punibilidade do crime tributário.

c) não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da lei 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo.

d) segundo o entendimento sumulado do STJ, é inadmissível a aplicação do princípio da insignificância nos crimes tributários.

e) a suspensão da punibilidade do delito pelo parcelamento do débito não interrompe o transcurso

do prazo prescricional penal.

49. Acerca dos crimes contra a fé pública, responda.

- a) ocorre falsa identidade quando o agente falsifica, no todo ou em parte, documento de identificação verdadeiro.
- b) há crime de circulação de moeda falsa, tipificado no art. 289, § 1º do CP, quando a cédula, embora posteriormente reconhecida pelo perito, como grosseiramente falsificada, foi aceita por pessoa desatenta em ambiente pouco iluminado.
- c) o cartão de crédito é equiparado a documento particular para os efeitos penais.
- d) o crime de supressão de documento tem por objeto material o documento público ou particular ideológica ou materialmente falsificado.
- e) segundo a jurisprudência dominante, não há crime de falso, quando o documento espúrio é apresentado à autoridade a pedido desta.

50. Assinale a alternativa correta.

- a) o delito de peculato não pode ser praticado por particular, ainda que agindo em concurso com funcionário e tendo ciência dessa circunstância.
- b) segundo o entendimento sumulado do STJ, a consumação do delito de extorsão exige a efetiva obtenção de vantagem indevida pelo agente.
- c) há tentativa de latrocínio quando, embora consumado o homicídio, não há subtração de bens pelo agente.
- d) há roubo impróprio quando o emprego da violência ou grave ameaça contra a pessoa se dá logo depois da subtração, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa.
- e) no crime de receptação, é pressuposto da punibilidade do agente a identificação do responsável pelo crime antecedente.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

51. Sobre princípios e garantias no Direito Processual Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) a garantia constitucional da duração razoável do processo não se aplica ao inquérito policial por este tratar de procedimento administrativo, sendo garantia exclusiva do processo acusatório.
- b) a despeito da vedação da *reformato in pejus*, o tribunal, diante do Princípio da Instrumentalidade das Formas, pode decretar *ex officio* nulidade absoluta, se, ao ser reconhecida, se der em prejuízo do réu.
- c) o princípio da eficiência garante que o preso tenha direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.
- d) o princípio da intranscendência garante que a ação penal seja ajuizada, unicamente, contra o responsável pela autoria ou participação no fato típico delituoso, não havendo de incluir corresponsáveis civis.
- e) o princípio do *nemo tenetur se detegere* é corolário da garantia constitucional do direito ao silêncio e impede que todo o acusado seja compelido a produzir ou contribuir com a formação de prova contrária ao seu interesse, salvo se não houver outro meio de produção de prova.

52. Sobre o inquérito policial e as condições da ação, é correto afirmar.

- a) é possível a interceptação de comunicações telefônicas quando o indiciado for investigado por delitos apenados com reclusão ou detenção, desde que a pena mínima para o fato investigado seja igual ou superior a dois anos.
- b) no crime de furto, no caso de a vítima, com 19 anos, ser separada judicialmente do autor do delito, a ação penal depende de representação da ofendida.
- c) com a morte do ofendido, o direito de oferecer queixa não passa para os ascendentes.
- d) o requerimento do ofendido para início do inquérito policial sempre deverá conter a narração do fato, com todas as circunstâncias.
- e) o arquivamento do inquérito policial será ordenado por despacho fundamentado do Juiz, a requerimento da autoridade policial, ou do órgão do Ministério Público.

53. Sobre a Ação Penal, assinale a alternativa correta.

- a) a ação penal subsidiária da pública é uma garantia fundamental para proteção de interesse privado na persecução penal, constituindo mecanismo de controle interno do Ministério Público.
- b) será admitida ação privada nos crimes de ação pública, caso o órgão do Ministério Público, invés de apresentar denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial.
- c) admite-se a incidência da preempção na ação penal privada subsidiária da pública se o ofendido não promover a queixa no prazo de seis meses, atingindo a prescrição, também, o direito do titular originário da persecução penal.
- d) a ação de iniciativa privada é promovida, mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo, bem como por requisição do Ministro da Justiça.
- e) tratando-se de ação penal privada não-personalíssima, e ocorrendo a morte da vítima, a lei processual prevê hipótese especial de legitimação anômala, ao admitir a sucessão do ofendido pelo seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

54. NÃO É competência da justiça federal.

- a) as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes, inclusive as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- b) as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.
- c) os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.
- d) os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.
- e) a disputa sobre direitos indígenas.

55. A respeito das questões e processos incidentes, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) a exceção da verdade no crime de calúnia é questão prejudicial homogênea.
- b) se em qualquer fase do processo o juiz reconhecer motivo que o torne incompetente, declará-lo-á nos autos, haja ou não alegação da parte.

- c) a instauração do incidente de insanidade mental do acusado não suspende o processo se já iniciada a ação penal.
- d) somente à autoridade judicial compete decidir a respeito do pedido de restituição das coisas apreendidas em poder de terceiro de boa-fé.
- e) de acordo com o código de processo penal, a exceção de coisa julgada somente poderá ser oposta em relação ao fato principal que tiver sido objeto da sentença.

56. No que diz respeito às provas no processo penal, assinale a alternativa correta.

- a) durante o curso do processo judicial, é permitido às partes, quanto à perícia, indicar assistentes técnicos que poderão apresentar pareceres em prazo a ser fixado pelo juiz, sendo, entretanto, vedada a inquirição destes em audiência.
- b) as partes só poderão apresentar documentos antes de iniciada a fase recursal.
- c) durante a oitiva de testemunha, as perguntas das partes serão requeridas ao juiz, que as formulará à testemunha, ou, a critério do juiz, as perguntas poderão ser formuladas pelas partes diretamente à testemunha desde que guardem relação com o processo e não importarem repetição de outra já respondida.
- d) o juiz decidirá livremente sobre a oportunidade e conveniência da realização do interrogatório por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico.
- e) durante o curso do processo judicial, é permitido às partes, quanto à perícia, requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova ou para responderem a quesitos.

57. Sobre as medidas cautelares pessoais, assinale a afirmativa correta.

- a) a prisão temporária pode ser decretada de ofício pelo magistrado.
- b) o reincidente na prática de crimes dolosos ou culposos poderá ter sua prisão preventiva decretada, mesmo que o novo crime praticado tenha pena máxima em abstrato inferior a 04 anos.
- c) caberá internação provisória no caso de crime praticado com violência quando os peritos concluírem ser o agente inimputável, ainda que não haja risco de reiteração.
- d) segundo o Código de Processo Penal, em caso de descumprimento de alguma medida cautelar, o juiz poderá substituí-la, impor outra em cumulação ou, em último caso, decretar a prisão preventiva, sempre a pedido do Ministério Público.
- e) a existência de prova contundente da autoria delitiva não constitui requisito indispensável para a decretação da prisão preventiva.

58. Dirceu foi preso pelo crime de corrupção passiva e condenado a 15 anos de prisão. Ao requerer progressão de seu regime, o juiz da execução penal negou sem qualquer justificativa. Qual o recurso cabível na espécie?

- a) apelação.
- b) recurso em sentido estrito.
- c) carta testemunhável.
- d) agravo em execução.
- e) correição parcial.

59. A respeito das nulidades no processo penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.
- b) a incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.
- c) a nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.
- d) o juiz que pronunciar a nulidade declarará os atos a que ela se estende.
- e) a nulidade por ilegitimidade do representante da parte não poderá ser sanada, independentemente de ratificação dos atos processuais.

60. Sobre os Juizados Especiais Criminais, é correto afirmar que.

- a) é possível a composição civil dos danos em audiência preliminar, que acarreta a renúncia ao direito de queixa.
- b) os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, mas apenas em dia úteis, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.
- c) da decisão que rejeitar a denúncia caberá recurso em sentido estrito.
- d) nas infrações de menor potencial ofensivo o inquérito policial deve ser concluído em 20 dias.
- e) têm competência para julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo, entendidas como os crimes cuja pena mínima seja igual ou inferior a 1 ano.

SELEÇÃO DE ESTÁGIO EM DIREITO 2017
PROVA DISCURSIVA**Instruções**

1. VERIFIQUE, com muita atenção, este CADERNO DE PROVA. Este deve conter, além desta folha de instruções, uma folha contendo uma questão, uma folha destinada à redação da resposta definitiva e mais uma folha destinada a rascunho, sendo cada uma delas devidamente indicadas.
2. CONSTATANDO qualquer anormalidade (por exemplo, página sem impressão, página repetida, ausência de página ou impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição do seu caderno de prova.
3. PARA SUA SEGURANÇA
 - a) Preencha, em letra de forma, os campos reservados para o nome e número de inscrição. APONHA SUA ASSINATURA no espaço a ela destinado.
 - b) A existência em suas respostas de nome, assinatura, rubrica ou qualquer anotação ou rubrica que permita identificar o candidato, ACARRETARÁ A ANULAÇÃO DE SUA PROVA, sendo vedado também o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente.
 - c) A questão deve ser respondida no limite máximo de 35 (trinta e cinco) linhas, não sendo consideradas as linhas excedentes;
 - d) Revise o texto antes de transcrevê-lo em definitivo, evitando rasuras que poderão dificultar a leitura pelo corretor.
4. Será computado o número total de linhas efetivamente inscritas pelo candidato, devendo o texto ser produzido em, no mínimo, 20 (vinte) linhas, sendo descontados 3 (três) pontos por cada linha não escrita.

Nome: _____ Inscrição: _____

Assinatura: _____

SELEÇÃO DE ESTÁGIO EM DIREITO 2017
QUESTÃO DISCURSIVA

Disciplina: Direito Processual Penal

Rodrigo, policial federal, percebendo que na portaria de seu prédio costuma ocorrer um comércio de drogas ilegais em horários definidos, decide fingir que é um comprador para efetuar a prisão em flagrante dos traficantes. Para tanto, comparece ao local perguntando ao vendedor, de nome Luís, que drogas ele tem e qual o preço. Depois de algum tempo de negativas, o indivíduo leva Rodrigo a um beco e o apresenta a Aécio, que abre uma mala com as drogas disponíveis. Neste momento, aparecem 2 viaturas com policiais federais e prendem Aécio e Luís. Considerando a situação apresentada, responda aos seguintes questionamentos:

- a) Explique os tipos de flagrante listados pela doutrina pátria.
- b) No caso em análise, foi lícita a conduta de Rodrigo? Justifique.
- c) Qual a diferença entre suspensão condicional do processo e transação penal? É cabível alguma das duas benesses na situação apresentada?

Linha	RASCUNHO	
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		

Linha	TEXTO DEFINITIVO	Examinador			
		NC	ME		
			G	M	P
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					
Reservado aos examinadores					



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Ceará
Comissão de Recrutamento e Seleção de Estágio

Anexo I

Gabarito Preliminar									
DIREITO CONSTITUCIONAL									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
E	C	B	E	A	E	C	D	C	C
DIREITO ADMINISTRATIVO									
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	E	A	D	E	C	B	A	C
DIREITO CIVIL									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	E	D	D	D	E	A	C	A	E
DIREITO PROCESSUAL CIVIL									
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	C	D	D	C	D	C	C	C
DIREITO PENAL									
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	A	E	E	E	C	B	C	C	D
DIREITO PROCESSUAL PENAL									
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
D	B	E	A	C	E	D	D	E	A